

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



16 a 19 de agosto

ENTRE LIVROS E MUROS: REFLEXÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS REDES MUNICIPAIS E SEUS IMPACTOS NA PROMOÇÃO DE UM ENSINO LIBERTADOR

Pablo Kristian Trindade Campos
E-mail: pablokristian@gmail.com

Gabriel Donato Ramos Couto
Universidade de Passo Fundo - UPF

Karollayne Nunes dos Santos Freitas
Centro Universitário UniFG / Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia

RESUMO

O presente estudo propõe uma reflexão sobre a implementação efetiva da educação integral na rede municipal brasileira, frente às exigências legais do Plano Nacional de Educação. Além disso, busca-se refletir sobre as estratégias necessárias para a promoção de uma educação libertadora no século XXI, considerando a existência dos complexos aspectos ideológicos, políticos e pedagógicos nacionais que regem a educação integral. A fundamentação teórica baseou-se em estudos e pesquisas realizados sobre a construção da escola libertadora. A abordagem metodológica adotada foi a revisão de literatura. A reflexão acerca de quaisquer deficiências que possam existir na implementação das escolas de tempo integral conduz a uma compreensão mais abrangente e abalizada. Essas possíveis falhas inerentes não se restringem meramente às instâncias escolares ou às concepções educacionais municipais, mas alcança um nível mais fundamental: o intrincado tecido das políticas públicas e das orientações pedagógicas nacionais. Diante desses resultados, nota-se que essa discussão não deve se restringir à escola como ponto final do sistema de aprendizagem, mas deve ser estendida a uma análise crítica das políticas públicas, orientações pedagógicas e sua orientação ideológica, a fim de almejar transformações substanciais em prol de uma educação mais libertadora e genuinamente enriquecedora. Portanto, é necessário um compromisso efetivo nacional, estadual e municipal em oferecer uma educação de qualidade, baseada em práticas pedagógicas inovadoras que estimulem a participação ativa dos estudantes, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o pensamento crítico, a fim de promover uma educação integrada e alinhada às necessidades dos estudantes para a vida pós-escola.

Palavras-chave: Educação Libertadora. PNE. Ensino Integral.

INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida como um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e social, desempenhando um papel essencial na formação dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, a Educação Integral se ancora na perspectiva de centralidade do estudante e na formação integral do indivíduo, com ampliação da jornada de atendimento escolar diária e com a implantação de um novo currículo.

No entanto, ao observar a construção dessa escola contemporânea, escola de educação integral, emerge uma preocupante realidade: a transformação dessa instituição em uma

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

verdadeira prisão para os estudantes. Esse fenômeno, que pode ocorrer principalmente na prática de muitos municípios, os quais, sem o devido amparo e assessoria, geram um descompasso entre a implantação e a qualidade do ensino oferecido, estendendo a carga horária de modo arbitrário e "encarcerando" os estudantes em um sistema educacional potencialmente falho.

A relevância desse estudo fundamenta-se em uma base literária que atesta as implicações nocivas da construção escolar atual. Giroux (2011), Freire (1996) e Rodrigues (2018) destacam a importância de uma educação libertadora que promova a autonomia e a criatividade dos estudantes, em contraponto à estrutura opressiva e disciplinar da escola contemporânea.

A concretização da educação integral, por meio da adoção de escolas de tempo integral, transcende a mera configuração conceitual, permeando de maneira intrínseca as esferas políticas e pedagógicas. A presente análise não apenas reconhece a concepção subjacente à implantação da educação integral na rede municipal brasileira, mas também se embrenha nos matizes políticos, sociais e pedagógicos, notadamente os ancorados na índole neoliberal. Em tal contexto, emerge uma discussão relevante sobre a possibilidade de imperfeições na implementação da educação integral, apontando para a necessidade de considerar a tessitura interdependente entre a concepção adotada e as perspectivas políticas e pedagógicas, a fim de compreender os potenciais desafios e lacunas inerentes a esse empreendimento educacional de amplo espectro.

Diante desse contexto, o presente estudo propõe uma reflexão sobre a implementação efetiva da educação integral na rede municipal brasileira, frente às exigências legais do Plano Nacional de Educação. Além disso, busca-se refletir sobre as estratégias necessárias para a promoção de uma educação libertadora no século XXI, considerando a existência dos complexos aspectos ideológicos, políticos e pedagógicos nacionais que regem a educação integral.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da problemática abordada sob o aspecto teórico revela a urgência de revisitar a literatura existente a fim de compreender e embasar a crítica da construção da escola integral

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Políticas
Educacionais
Estado Bahia

16 a 19 de agosto

do século XXI. Diversos estudos e pesquisas têm sido desenvolvidos sobre essa temática, contribuindo para a compreensão dos mecanismos que perpetuam essa realidade opressiva.

Inicialmente, é fundamental destacar a Meta 6 do PNE, que estabelece como objetivo oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica (de competência dos municípios) até o ano de 2024. Essa meta evidencia a preocupação em ampliar a carga horária escolar como forma de atender às demandas educacionais e promover uma formação mais abrangente dos estudantes. Dentre as alternativas de cumprimento desse objetivo, menciona-se o §1º do Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que estabelece o programa Mais Educação e define a educação em tempo integral como uma jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, abrangendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.

No entanto, é necessário ressaltar que a mera adoção do ensino integral como cumprimento formal do PNE não é suficiente para garantir uma educação de qualidade. A extensão da carga horária sem uma efetiva preocupação com a qualidade do ensino e a formação integral dos estudantes acaba por "encarcerar" os estudantes em um modelo de ensino superficial.

A reflexão acerca de quaisquer deficiências e ineficiências que possam existir na implementação das escolas de tempo integral conduz a uma compreensão mais abrangente e abalizada. Essas possíveis falhas inerentes não se restringem meramente às instâncias escolares ou às concepções educacionais municipais, mas alcança um nível mais fundamental: o intrincado tecido das políticas públicas e das orientações pedagógicas nacionais. Assim, exige-se uma abordagem integral e interdisciplinar na busca por soluções eficazes e duradouras para o aprimoramento da educação integral no contexto da rede municipal brasileira.

No contexto dos municípios, a implantação do sistema de educação integral é motivada não pela preocupação com a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos estudantes, mas sim pelo cumprimento meramente formal de questões legais, como as estabelecidas no PNE, e com o único objetivo de elevar a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um indicador do governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas Educacionais
Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

Giroux (2011), educador e teórico social, que ressalta a escola contemporânea, ao invés de promover a liberdade e a autonomia dos estudantes, acaba se tornando uma instituição que aprisiona e limita suas possibilidades de desenvolvimento. A imposição de uma carga horária ampliada, muitas vezes desprovida de um projeto pedagógico coerente e sem o devido processo democrático-participativo, contribui para o "aprisionamento" dos estudantes. Em consonância com essa visão crítica, Freire (1996), enfatiza que o aprisionamento dos estudantes ocorre quando são tratados como meros receptores passivos de conhecimento, sem espaço para o diálogo, a reflexão crítica e a construção coletiva do saber.

A discussão de conceitos teóricos relacionados à educação, liberdade e aprisionamento dos estudantes é essencial para compreendermos a dinâmica subjacente à construção da escola contemporânea como prisão estudantil. É necessário refletir sobre como as estruturas institucionais, as práticas pedagógicas e os discursos dominantes influenciam a perpetuação desse modelo educacional e de gestão. Além disso, a análise crítica das políticas educacionais vigentes e a proposição de alternativas que promovam a emancipação dos estudantes são fundamentais para superar essa situação de aprisionamento.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo compreendeu uma revisão bibliográfica, delineada através da análise de uma variedade de fontes, incluindo livros, artigos acadêmicos e revistas científicas. A fim de estabelecer uma base sólida para a discussão da temática, foram adotados descritores científicos pertinentes, com as seguintes palavras-chave: Educação Libertadora; Plano Nacional de Educação; Políticas Públicas Educacionais; Ensino Integral. A revisão da literatura percorreu uma sequência de etapas, abrangendo a busca, seleção, leitura crítica, análise e síntese das informações compiladas. Para efetuar a identificação de fontes pertinentes, valeram-se de bases de dados acadêmicos e ferramentas de pesquisa eletrônica, incluindo plataformas como o *Google Scholar* e o *Scopus*.

Ao longo da fase de busca, emergiram autores cujas obras desempenharam um papel significativo na compreensão das análises realizadas. Dentre eles, podem ser destacados Foucault (1975), Freire (1996), Giroux (2011), Rodrigues (2018) e Machado (2022). A contribuição destes estudiosos foi crucial para a apreensão do caráter crítico das escolas contemporâneas.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas Públicas

16 a 19 de agosto

As fontes assim selecionadas foram submetidas a uma minuciosa avaliação para identificar as informações pertinentes à temática em análise. Posteriormente, os dados foram sintetizados e categorizados de maneira a facilitar a discussão e análise dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam que a construção da escola contemporânea frequentemente assume características que se assemelham a uma prisão para os estudantes. Essa situação de aprisionamento é visível principalmente na prática de muitos municípios, que buscam implantar o sistema de educação integral visando cumprir meramente questões legais do PNE, negligenciando a qualidade e o propósito verdadeiro da educação integral.

No entanto, é fundamental compreender que essa problemática transcende o âmbito escolar imediato. A negligência quanto à qualidade educacional e o senso de aprisionamento experimentado pelos estudantes não podem ser atribuídos unicamente à escola, mas revelam um problema que se origina em instâncias superiores. A implementação de políticas públicas, influenciadas por diretrizes como o PNE, desempenha um papel significativo nessa dinâmica.

É nesse contexto que as políticas públicas, bem como as orientações pedagógicas nacionais, desempenham uma parcela de responsabilidade. Importa destacar que a confluência desses desafios também encontra sua raiz em uma índole predominantemente neoliberal que permeia tanto as esferas políticas quanto as educacionais. Assim, a discussão não deve se restringir à escola como ponto final do sistema de aprendizagem, mas deve ser estendida a uma análise crítica das políticas públicas, orientações pedagógicas e sua orientação ideológica, a fim de almejar transformações substanciais em prol de uma educação mais libertadora e genuinamente enriquecedora.

Freire (1996) tem discutido a relação entre educação e liberdade dos estudantes. Para o autor, a educação deve ser um processo libertador, capaz de desenvolver a consciência crítica e transformadora dos indivíduos. No entanto, a implantação da educação integral de forma descontextualizada e superficial acaba por limitar a liberdade dos estudantes, aprisionando-os em um sistema que não proporciona experiências significativas de aprendizado.

O livro "Vigiar e Punir", de Michel Foucault (1975), aborda a história das práticas punitivas e o surgimento das instituições disciplinares na sociedade moderna. Embora não seja diretamente voltado para as escolas, ele oferece reflexões que podem ser aplicadas a essas instituições educacionais. Ele argumenta que, ao longo do tempo, as sociedades desenvolveram

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas Sociais

16 a 19 de agosto

técnicas disciplinares para regular o comportamento humano. Essas técnicas não se limitam apenas ao sistema prisional, mas também permeiam outras instituições, incluindo as escolas. No contexto das escolas contemporâneas, é possível estabelecer um paralelo entre as ideias de Foucault (1975) e algumas práticas observadas:

- **Vigilância e controle:** Foucault (1975) discute o conceito de vigilância disciplinar, em que a constante observação e supervisão se tornam mecanismos de controle. Nas escolas, a presença de câmeras de segurança, muros altos, normas rígidas de comportamento e a monitorização do desempenho dos estudantes podem refletir essa vigilância e controle. Foucault discute o “banho de sol” como uma prática disciplinar nas prisões. Ele descreve como o tempo de lazer ao ar livre é estruturado e controlado, limitado a um espaço determinado e a um período de tempo específico. Essa prática é parte de um sistema disciplinar que visa regular e controlar o comportamento dos prisioneiros. Dessa mesma linha tênue, muitas escolas de educação integral começaram a implantar o “banho de sol” com os estudantes e, assim como na prisão, esse tempo é estritamente controlado e regulamentado.

- **Hierarquia e poder:** Foucault (1979) argumenta que as instituições disciplinares são baseadas em relações de poder, em que alguns indivíduos detêm autoridade sobre outros. Nas escolas, a hierarquia entre professores, diretores e estudantes é evidente. Ela está relacionada à restrição de liberdades, à falta de participação ativa dos estudantes nas decisões educacionais e à ausência de espaços de diálogo e expressão. Essa estrutura de poder pode influenciar a dinâmica de aprendizado e as relações dentro do ambiente escolar, a relação deveria ser uma parceria democrática e participativa.

- **Normalização e padronização:** o autor explora como as instituições disciplinares buscam normalizar e padronizar o comportamento humano. Nas escolas, isso pode ser observado nas práticas de avaliação escritas padronizadas, na ênfase na conformidade às normas estabelecidas e no estímulo à homogeneização dos estudantes, além do uniforme escolar.

- **Produção de subjetividades:** as práticas disciplinares não apenas controlam o comportamento, mas também moldam as subjetividades dos indivíduos, influenciando sua identidade e submissão às normas. Neste ponto, pode-se observar que o aprisionamento vai além das questões físicas, como a presença de muros e grades nas escolas. As práticas disciplinares podem afetar a construção da identidade dos estudantes, influenciando suas

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Políticas Educacionais
Estado Bahia

16 a 19 de agosto

aspirações, perspectivas e atitudes, modelando operários alienados para mecânica do capitalismo. É importante repensar a forma como a escola do século XXI está sendo construída e buscar alternativas que promovam uma educação libertadora, capaz de desenvolver plenamente o potencial dos estudantes.

Além disso, os instrumentos legais que regem a educação integral, o PNE estabelece diretrizes para a educação integral, visando a formação integral dos estudantes, enquanto a Base Nacional Comum Curricular, mesmo que deficiente em muitos pontos, define os conhecimentos e competências essenciais que devem ser desenvolvidos ao longo da educação básica. No entanto, é preciso analisar criticamente como essas diretrizes foram concebidas e como estão sendo implementadas pelos municípios, considerando as especificidades locais, a necessidade de uma abordagem e a preparação do estudante para a vida em sociedade.

Um estudo realizado pela Fundação Victor Civita em parceria com a Fundação Itaú Social, intitulado "Panorama da Educação Integral no Brasil", revelou que, mesmo nas escolas que oferecem o ensino integral, muitas vezes há uma falta de articulação entre as atividades realizadas, a falta de formação adequada dos profissionais envolvidos e a ausência de projetos pedagógicos sólidos. Ainda, é válido mencionar uma pesquisa realizada por Machado (2022), que investigou a percepção dos estudantes sobre o ensino integral. Os resultados revelaram que muitos estudantes se sentem sobrecarregados e desmotivados devido à extensão da carga horária, sem uma devida organização e diversificação de atividades. Esse cenário reforça a ideia de que a implantação da educação integral, sem uma devida reflexão e um planejamento adequado, pode resultar em um aprisionamento dos estudantes dentro das próprias instituições educacionais.

Portanto, evidencia-se que essa problemática tem raízes ideológicas, políticas e pedagógicas que fogem da ousadia das Secretarias Municipais de Educação. Assim, urge a necessidade de repensar e reestruturar a construção da escola contemporânea, partindo da reformulação das Políticas Públicas vigentes e das orientações pedagógicas nacionais, garantindo que a educação integral seja efetiva, libertadora e verdadeiramente transformadora para a vida do estudante.

CONCLUSÃO

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
& Avaliações em Educação
Pública

16 a 19 de agosto

Através deste estudo, pôde-se trazer à luz uma reflexão sobre a implementação efetiva da educação integral na rede municipal brasileira, frente às exigências legais do Plano Nacional de Educação. Ao revisar a literatura existente, identificamos diversos autores que, embora alguns tenham realizado seus estudos antes do PNE (2014), abordam a temática da educação integral e do aprisionamento físico e intelectual dos estudantes. Destacam-se, entre eles, Paulo Freire (1996), cuja obra "Pedagogia do Oprimido" ressalta a importância de uma educação libertadora, que promova a consciência crítica e a transformação social; e Michel Foucault (1975), em "Vigiar e Punir", que aborda a história das práticas punitivas e o surgimento das instituições disciplinares na sociedade moderna.

Diante desse intrincado panorama, é inegável que a implementação da educação integral nas escolas de tempo integral transcende a esfera meramente conceitual, adentrando os domínios políticos e pedagógicos com uma imbricação profunda e desafiadora. Como evidenciado ao longo desta análise, a concepção dessa modalidade de ensino não pode ser dissociada das nuances políticas vigentes, notadamente da abordagem neoliberal que permeia as políticas educacionais contemporâneas. É imperativo reconhecer que as potenciais falhas na implementação da educação integral não derivam exclusivamente de concepções deficitárias, mas também das interações complexas entre as diretrizes políticas, as estratégias pedagógicas e as realidades socioeconômicas. Nesse sentido, urge uma abordagem holística e crítica para abraçar a intrincada tessitura desses elementos e fomentar o desenvolvimento de estratégias mais resilientes e inclusivas, capazes de mitigar as falhas identificadas e impulsionar efetivamente a qualidade da educação integral na rede municipal brasileira.

Portanto, este estudo reforça a importância de refletir criticamente sobre a construção da escola contemporânea como prisão dos estudantes e os impactos negativos da implantação superficial da educação integral, que pode ter um efeito contrário ao almejado pelos instrumentos legais. A busca por uma educação libertadora, que valorize a formação integral dos estudantes e promova sua participação ativa na sociedade, é um desafio que exige um esforço conjunto e contínuo de todos os envolvidos na área da educação. Somente assim será possível criar um ambiente educacional verdadeiramente transformador, capaz de proporcionar oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos os estudantes.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE**, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Editora Vozes. 1975

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, Fundação Itaú Social. **Panorama da Educação Integral no Brasil**. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/16-ed-integral_1510177343.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

GIROUX, H. **On Critical Pedagogy**. New York: Bloomsbury Academic. 2011.

RODRIGUES, J. C. **A Educação Integral como projeto societário e o financiamento dos municípios: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação, 2018.

MACHADO, V. N. **Programa de Ensino Integral x Realidade: uma relação entre a evasão escolar e a vulnerabilidade**. Ensaios Pedagógicos, 6(1), p.33–45. 2022. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/269>. Acesso em: 13 jun. 2023.